

PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: O programa “Abrindo Espaços”.

Rafael Losada Martins¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo principal fornecer subsídios à compreensão crítica do papel atribuído à participação dos jovens nos projetos de prevenção da violência e criminalidade nas periferias urbanas, delineando suas limitações e, na medida do possível, sugerindo possíveis caminhos para superá-las. Em razão do seu caráter exploratório, o escopo da análise foi circunscrito a um estudo de caso, o programa “Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz” realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil, entre os anos de 2000 e 2006. Na primeira parte do artigo, após apresentar seus antecedentes, descreve-se o funcionamento e os objetivos do programa, destacando o papel da participação nas atividades esportivas, artísticas e culturais enquanto uma estratégia de socialização para a cidadania. A partir dessa descrição, a seção subsequente aborda as bases cognitivas (conceituais) que têm orientado a elaboração de projetos de prevenção e suas relações com teorias/explicações sobre desorganização social. Por fim, na conclusão, recorre-se a uma definição justa social para avaliar o programa.

Palavras-chave: Participação; Controle social; Prevenção; Juventude; Violência.

Abstract

The main objective of this article is to provide a basis for the critical understanding of the role played by youth's participation in projects to prevent violence and crime in urban peripheries, outlining their limitations and, as far as possible, suggesting possible ways of overcoming it. Due to its exploratory nature, the scope of the analysis is limited to a case study, the program “Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz” carried out by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO in Brazil, between 2000 and 2006. In the first part of the article, after presenting its background, the program's operations and objectives are described, highlighting the role of participation in sports, arts and cultural activities as a socialization strategy for citizenship. From this description, a subsequent section deals with the cognitive (conceptual) bases that have guided the elaboration of prevention projects and its relations with theories/explanations about social disorganization. Finally, in conclusion, we use one definition of social justice to evaluate the program.

Key words: Participation; Social control; Prevention; Youth; Violence.

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP/UERJ. Professor na Faculdade SENAC Rio. Email: rlosada@gmail.com

Introdução

Este artigo tem por objetivo principal fornecer subsídios à compreensão crítica do papel atribuído à participação dos jovens (muitas vezes denominada de protagonismo juvenil) nos projetos de prevenção da violência, delineando suas limitações e, na medida do possível, sugerindo possíveis caminhos para superá-las. A partir do enquadramento das relações entre criminalidade e juventude sob a perspectiva da prevenção, buscar-se-á elementos para refletir sobre o “problema da participação juvenil”, associado por Rossana Reguillo a uma concepção instrumental da educação, enquanto meio para “*la consecución de una ciudadanía normalizada; ciudadanía como categoría estable de derechos y obligaciones*” (2004, p. 50), que elide as disputas, conflitos e contradições inerentes à organização da vida social. Em suma, este texto se propõe a enfrentar o desafio lançado por Boghossian e Minayo:

Percebe-se, nesse contexto, a grande diversidade de propostas direcionadas a “estimular a participação juvenil” e a abertura de espaços para essa participação, desenhando-se o desafio de problematizar seus objetivos e estratégias, seus avanços e principais entraves (2009, p. 412).

Em razão do caráter exploratório deste texto, optei por circunscrever o escopo da análise a um estudo de caso, tomando-o como “um caso particular do possível” (BACHELARD, 1995 [1934], p. 55), qual seja, o programa “Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz” realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil, entre os anos de 2000 e 2006. Isto posto, na primeira seção do artigo, explicitarei os “antecedentes” que fundamentaram e orientaram a formulação do referido programa, cujo marco inicial é um estudo coordenado por Júlio Waiselfisz (1998a) sobre juventude, violência e cidadania em Brasília. A partir dessa contextualização, no tópico seguinte, descreverei, em linhas gerais, o Abrindo Espaços, seu funcionamento e objetivos, destacando o papel da participação nas atividades esportivas, artísticas e culturais enquanto uma estratégia de socialização para a cidadania, que visa, dentre outras coisas, promover o autodesenvolvimento dos jovens e reduzir os índices de violência entre eles.

Na seção subsequente, a partir da contextualização e descrição do programa, proponho evidenciar as bases cognitivas (conceituais) que têm norteado a elaboração de projetos de prevenção da violência, na maioria das vezes, inspirados por objetivos dissuasórios e de reforma social. Destacarei, em particular, a preeminência e persistência das ideias de “precariedade material” e “defasagem civilizatória” na explicação da adesão juvenil à criminalidade, pautando-me, para tanto, no trabalho de Lyra (2013). Ao aproximar estas ideias dos argumentos

desenvolvidos por Hunter (1985) e Sampson e Groves (1989) sobre criminalidade e ordem social, demonstrarei como as teorias/explicações sobre desorganização social, compreendida como a incapacidade comunitária de integrar valores comuns de seus residentes e manter um efetivo controle social sobre eles, têm fornecido o enquadramento cognitivo para a elaboração de modelos de intervenção adotados por projetos de prevenção com foco na juventude, cujo componente participativo desponta como elemento fundamental. Por fim, na conclusão, para avaliar o Abrindo Espaços, suas limitações e possíveis caminhos para superá-las, recorrerei a definição de justiça social proposta por Iris Young (2000), baseada nos ideais autodesenvolvimento e autodeterminação.

Antecedentes: Sobre juventude, violência e cidadania

O programa “Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz” foi realizado, entre os anos de 2000 e 2006, pela UNESCO em parceria com secretarias municipais e estaduais de educação de cinco estados do país – Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo –, alcançando 10 milhões de beneficiários em 10 mil escolas públicas (NOLETO, 2008, p. 13). A proposta central do programa consistiu em utilizar durante os finais de semana as escolas como espaços para a realização de atividades de cultura, esporte, arte e lazer voltadas para os jovens e, de forma mais ampla, para a comunidade residente no entorno. Seus principais objetivos incluíam diminuir os índices de violência, contribuir para a inclusão social e promover a cultura de paz e o desenvolvimento humano e social. Ademais, a opção por utilizar o espaço escolar foi justificada pelo propósito de induzir transformações positivas na “escola da semana”, fortalecendo o seu papel de *lócus* potencialmente privilegiado para processos de mudança de atitudes e comportamentos dos jovens expostos, passiva ou ativamente, à violência. As escolas que participaram do programa, por sua vez, foram escolhidas dentre aquelas “localizadas em áreas de vulnerabilidade social, sem alternativas de lazer e com a presença de jovens em situação de risco” (NOLETO, 2008, p. 57-88).

Para realizar o programa foi preciso não somente definir um público-alvo, os jovens, e um objeto de intervenção, as dinâmicas de violência e criminalidade, mas também construir um problema social e político, a “juventude violenta”², através de noções e procedimentos

² Sobre a atuação da UNESCO na construção da “juventude violenta” como problema político e social, Castro salienta que as categorias juventude, violência e cidadania: “[...] servem como conectores entre pessoas e instituições, de maneira a definir as bases de constituição de um campo temático e fornecer as precondições para o surgimento de um programa social [...] O ‘campo temático’ é formado tanto pela preocupação de pensar sobre

científicos (CASTRO, 2009). Assim sendo, os passos iniciais para a elaboração do projeto envolveram a realização de pesquisas com o objetivo de identificar, classificar e mensurar o problema em questão, assim como, desvendar sua natureza e reconhecer seus atores. Estes passos, que constituem os antecedentes do programa, foram dados no final dos anos 1990, quando a UNESCO propôs e subsidiou uma série de pesquisas³ com o objetivo de realizar um diagnóstico das condições de vida da juventude brasileira. Nesses estudos, procurou-se caracterizar as especificidades das realidades locais com referência aos vínculos entre juventude e violência, concomitantemente ao mapeamento das percepções juvenis sobre questões relacionadas ao ambiente urbano, ao acesso à cultura e lazer, à educação e ao exercício da cidadania, entre outros temas. Os resultados desses diagnósticos, fundamentais à formulação e implementação do Abrindo Espaços, constituem, portanto, um ponto de partida necessário tanto para compreender o seu funcionamento, quanto para, mais adiante, analisar suas bases cognitivas e conceituais.

No presente artigo, selecionei para a exposição sobre os antecedentes do programa apenas a pesquisa realizada por Júlio Waiselfisz (1998a), em razão da sua exemplaridade, expressa no estabelecimento de uma agenda de pesquisa e dos principais marcos teórico-metodológicos que serviram de modelo para as pesquisas subsequentes. Ademais, para melhor qualificar a discussão, recorrerei também ao *Mapa da violência: os jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 1998b), estudo de cunho quantitativo, também subsidiado pela UNESCO, cujos dados forneceram parâmetros fidedignos sobre as mortes violentas entre jovens, em particular, os óbitos por homicídios e outras violências.

Início a exposição sobre os antecedentes apresentando, sucintamente, alguns argumentos e conclusões presentes no *Mapa da Violência* (WAISELFISZ, 1998b), que considero importantes para compreender a formulação do modelo de intervenção proposto pelo programa Abrindo Espaços. Apoiado nas informações disponibilizadas pela Base de Dados Nacional do Sistema de Informações de Mortalidade, Waiselfisz constatou que entre 1979 e 1996 houve aumento de 135% dos óbitos por violência na faixa etária de 15 a 24 anos, proporção significativamente maior do que a registrada na população em geral (de 97%). Somente no ano de 1996, 35% das mortes de jovens foram decorrentes de homicídios e outras

o jovem, a juventude e a violência quanto pela percepção destes fenômenos como objeto de intervenção governamental” (2009, p. 39).

³ Além do estudo inaugural de Waiselfisz (1998a) em Brasília, foram realizadas pesquisas semelhantes em três capitais – Fortaleza (BARREIRA, 1999), Rio de Janeiro (MINAYO, 1999) e Curitiba (SALLAS, 1999) – que compõem a série de publicações “Juventude, violência e cidadania”.

violências, enquanto na população em geral, a proporção era de 6,4% (WASELFISZ, 1998b, p. 37). Assim, o primeiro ponto a ser destacado é o esforço para qualificar os jovens, para além da reputação de protagonistas, como principais vítimas da violência, ajudando, assim, a suprimir uma lacuna identificada logo no início do livro:

Mas, via de regra, tanto as análises sociais quanto a imagem divulgada pelos meios de comunicação têm privilegiado a adolescência e a juventude como momento de produção de violência [...] Contados são os casos e os estudos que dão conta de um aspecto substancial de nossa modernidade: o jovem como vítima prioritária da violência (WASELFISZ, 1998b, p. 11).

Não obstante o esforço para dimensionar os óbitos juvenis decorrentes dos homicídios, é notável a ausência de um tratamento analítico sobre as causas dessas mortes, tanto no plano estatístico quanto no conceitual. Há apenas uma breve afirmação argumentando que as altas taxas de mortalidade juvenil decorrem “de modos de sociabilidade, de circunstâncias políticas e econômicas, de mecanismos de negação da cidadania” (WASELFISZ, 1998b, p. 14). De qualquer forma, apesar de não evidenciar neste estudo as dinâmicas sociais que produzem o fenômeno em questão, Waiselfisz recomenda como forma de combater e prevenir a violência:

[...] promover políticas e estratégias que estimulem a plena inserção e um papel protagônico para os jovens, que articulem esforços e iniciativas do setor público, seja federal, estadual ou municipal, da esfera privada, das organizações não-governamentais e das dos próprios jovens. Estratégias que promovam o conhecimento, a revalorização e o fortalecimento da identidade juvenil e sua participação, como setor ativo e consciente, na construção da cidadania e do desenvolvimento do país (WASELFISZ, 1998b, p. 133).

Da citação e do parágrafo anterior gostaria de deter-me, brevemente, nas referências aos vínculos estabelecidos entre violência e cidadania e na relevância dada à participação dos jovens, aspectos intimamente relacionados. Segundo a proposta de Waiselfisz, é a participação “ativa e consciente” dos jovens na construção da cidadania que fornecerá as bases para a elaboração das “políticas e estratégias” de reversão do quadro de violência. Ponto crucial para esse fim é identificar as principais engrenagens dos “mecanismos de negação da cidadania”, que, como veremos a seguir, serão atribuídas à ineficiência e, mesmo, incapacidade do poder público e de suas instituições, em especial a escola, de efetivar direitos e regular práticas violentas. Para detalhar e aprofundar a questão das causas da violência na sua interface com a construção da cidadania passarei à exposição de alguns argumentos apresentados nas conclusões do estudo sobre os jovens de Brasília.

As tentativas de estabelecer as causas da violência, segundo Waiselfisz, sempre serão marcadas pela “precariedade explicativa” em razão da multiplicidade de fatores que condicionam o fenômeno (1998a, p. 134). Isto, entretanto, não impede o autor de reconhecer a possibilidade de delimitar fatores de risco associados ao florescimento e disseminação da violência, cuja identificação pode orientar a

estruturação de ações dirigidas a sua eliminação ou redução, propiciando, assim, uma alternativa às estratégias tradicionais de prevenção e controle da violência baseadas na sanção, tratamento e reabilitação dos jovens. Dentre os fatores de risco identificados pelo autor, três deles – desorganização da comunidade, problemas na dinâmica familiar e deficiências no sistema escolar – remetem à preocupação com os processos de socialização e a construção da cidadania entre os jovens.

Existe um reconhecimento, atestado por diversos estudos, da importância dos processos primários de socialização nos futuros comportamentos anti-sociais ou transgressores dos jovens. Há um processo de intensa ruptura das diversas âncoras normativas – sociais e culturais – que definem as condutas individuais dentro de limites e papéis precisos. Esse fato torna de vital importância o desenvolvimento da autodisciplina e do autocontrole a partir de um conjunto de valores éticos e universais. Paradoxalmente, observa-se uma acentuada lacuna nas agências e nos órgãos encarregados de fomentar e desenvolver a segurança, o fortalecimento da identidade e os compromissos dos jovens para com a sociedade (WASELFISZ, 1998a, p. 134).

A “lacuna” refere-se, basicamente, à incapacidade ou ineficiência do poder público e suas instituições em garantir a proteção social e efetivar os direitos da população jovem do país, situação agravada pelas múltiplas formas de exclusão socioeconômica. Este quadro de negação da cidadania intensifica os fatores de risco, que, por sua vez, favorecem a difusão e o incremento da violência entre os jovens. Para intervir nessa dinâmica perversa, Waiselfisz considera que existe um âmbito privilegiado, a escola, instância responsável tanto pela educação, quanto por parte significativa dos processos de socialização, logo, mais apta a servir de *locus* para processos de mudança de atitudes e comportamentos. O ingrediente final para compor essa “estratégia de intervenção preventiva de redução dos fatores de violência” (WASELFISZ, 1998a, p. 139) é a participação dos jovens, na condição de sujeitos de direitos, logo, corresponsáveis pelas mudanças necessárias à efetivação de seus direitos e, conseqüentemente, à diminuição da sua propensão, ou vulnerabilidade, à violência. Ademais, a participação reveste-se também de um papel pedagógico, pois é através dela que será possível inserir os jovens em processos de socialização voltados para o “desenvolvimento da autodisciplina e do autocontrole a partir de um conjunto de valores éticos e universais”, ou seja, para o ajustamento da conduta de jovens das classes populares, uma socialização na direção do controle social.

Entretanto, conforme reconhece Waiselfisz, a instituição escolar, agente produtor e reproduzidor de modelos comportamentais e normativos, não tem propiciado “espaços para compromissos sociais”, nem para o desenvolvimento de uma “visão crítica dos valores da modernidade”, o que tem ocasionado “uma socialização relativamente vazia de modelos e orientações pautados em valores sociais universais e compartilhados” (WASELFISZ, 1998a, p. 134). Por conseguinte, para que a escola esteja apta à cumprir sua missão civilizadora,

orientando os jovens sobre os meios adequados à auto-condução moral e política de suas vidas, é necessário, antes, fortalecê-la como espaço de educação não-formal, lazer e cultura.

Através do exposto nesta seção, fica evidente o esforço empreendido pela UNESCO não apenas no sentido de delimitar um problema e um público-alvo, mas de produzir um quadro explicativo sobre as dinâmicas e processos sociais relacionados à violência entre os jovens, que fornecesse subsídios à formulação de diretrizes e metodologias para a realização de projetos de intervenção. A seguir, apresentarei a proposta de funcionamento (a metodologia de intervenção) do programa Abrindo Espaços, sobretudo os aspectos diretamente vinculados ao quadro explicativo delineado nos parágrafos acima.

O programa abrindo espaços

As informações apresentadas nesta parte são baseadas, sobretudo, na sistematização sobre a execução do programa realizada por Marlova Noletto (2008). Inicialmente, tendo como pano de fundo a discussão anterior, descreverei aspectos do funcionamento, que considero pertinentes aos propósitos do artigo, e os objetivos do Abrindo Espaços, prestando particular atenção aos vínculos entre participação, cidadania e prevenção da violência. Depois, reportando-me ao trabalho de Carole Pateman (1992[1970]) buscarei compreender o método de intervenção do programa como uma tentativa de forjar e internalizar, através de processos de socialização alavancados na escola, qualidades psicológicas consideradas necessárias à inserção ativa e autônoma dos jovens na ordem social democrática.

Conforme dito anteriormente, a proposta básica do Abrindo Espaços consistia em abrir as escolas aos sábados e domingos para oferecer aos jovens, suas famílias e demais moradores, atividades de cultura, esporte, arte e lazer. No nível mais imediato, a finalidade da sua execução era responder à ausência ou insuficiência de oportunidades de participação cultural, esportiva e de lazer nos fins de semana, quando há maior registro de ocorrências criminais “[...] nas periferias, envolvendo, sobretudo, jovens de classes empobrecidas e em situação de vulnerabilidade” (NOLETO, 2008, p. 15), estendendo à comunidade em geral os benefícios oferecidos pelo programa. Já ao nível estratégico, objetivava-se “[...] empoderar os jovens, fortalecer a comunidade, fortalecer o papel da escola e contribuir para a redução dos índices de violência, construindo uma cultura de paz” (NOLETO, 2008, p. 15).

A opção pela escola é justificada tanto pela sua centralidade na formação e socialização dos jovens, quanto pela necessidade de transformar e repensar o papel da “escola da semana”.

Para Noleto, a apropriação efetiva do espaço escolar, mediante a participação nas atividades realizadas pelo programa, fortalece sua representatividade enquanto *locus* de referência e pertencimento para os jovens e a comunidade, na medida em que se configura numa oportunidade concreta para as pessoas entrarem na escola, atuarem nela e, assim, influenciarem sua dinâmica. Ressignificar positivamente a escola é, ao mesmo tempo, condição para e consequência da promoção de formas de socialização voltadas para a construção da cidadania, em detrimento da conformação de uma identidade calcada na internalização da violência como meio de satisfação de desejos e interesses individuais. Portanto, o Abrindo Espaços pode ser entendido como uma tentativa de fortalecer a escola e transpor os obstáculos identificados por Waiselfisz, que dificultam sua afirmação enquanto instância privilegiada para a prevenção da violência.

Ou seja, a intenção é que a abertura das escolas nos fins de semana contribua para ressignificar a escola e converter práticas e atos violentos em práticas de solidariedade, respeito e ética trazendo para a vivência cotidiana os preceitos da cultura de paz [...] O Abrindo Espaços também tem por objetivo repensar o papel da escola tornando-a mais atraente e acolhedora para os jovens, por meio de uma ressignificação positiva do espaço escolar, da melhoria das relações entre os diferentes atores sociais que nele convivem (alunos, professores, diretores, funcionários e pais) e, conseqüentemente, contribui, para a melhoria da qualidade da educação (NOLETO, 2008, p. 55 e 58).

Deve-se sublinhar que a esperada participação dos jovens não se reduziu, simplesmente, a sua presença nas atividades promovidas nos fins de semana. De acordo com Noleto, os jovens assumiram responsabilidades atinentes à organização e execução do programa nas suas comunidades. Por um lado, foram encarregados da mobilização dos moradores e da elaboração do diagnóstico das demandas locais, incumbências estas que visavam a integração entre os diferentes atores envolvidos no programa e a indução de “novas formas de relação capazes de gerar o sentimento de pertencimento tão necessário para o exercício do protagonismo juvenil” (NOLETO, 2008, p. 16). Por outro lado, os jovens também foram encarregados de selecionar as atividades e identificar os “talentos” da comunidade (oficineiros) responsáveis por executá-las, atribuições que tinham por objetivo valorizar suas demandas, vivências, formas de expressão e linguagens peculiares. Para além da dimensão pragmática dessas tarefas e seus efeitos na execução do programa, o estímulo à participação dos jovens, concedendo-lhes relativa autonomia na tomada de decisões, teve a finalidade de criar condições favoráveis ao desenvolvimento e exercício da cidadania.

Outro conceito basilar na discussão das políticas públicas para juventude é o de participação, considerada pressuposto do exercício da cidadania. É por meio da

participação política e social que se criam as condições para o acesso efetivo aos direitos fundamentais. Em outros termos, participação sugere mobilização: ter voz e espaço garantido no sistema de tomada de decisões em distintas esferas, visando lugar ativo na produção, gestão e usufruto dos bens que uma sociedade produz (NOLETO, 2008, p. 44).

Diversas vezes ao longo do texto, no lugar do termo participação Noletto refere-se ao protagonismo juvenil. Em alguns momentos, as duas expressões são tomadas como sinônimo, noutros, a segunda reporta-se a um campo semântico mais amplo, abrangendo ideias de cidadania, responsabilidade social, reconhecimento, entre outras. Ponto comum a ambas é a referência à formação para cidadania. Portanto, incentivar a participação ou o protagonismo dos jovens é promover, de maneira sistemática, a formação de valores e de atitudes cidadãs que permitam a esses sujeitos conviver de forma autônoma no mundo contemporâneo, tornando-os aptos a contrapor-se ao paternalismo e assistencialismo muitas vezes presentes nas políticas e projetos a eles destinados. Além de atender a um pressuposto das sociedades democráticas, a “socialização para a cidadania” é, no âmbito do Abrindo Espaços, uma alternativa à exclusão social e ao recurso, ou exposição, à violência. Concomitantemente, corrobora-se com a noção que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens e da qualidade de sua participação. No entendimento proposto por Boghossian e Minayo, o protagonismo juvenil consistiria num:

[...] processo pedagógico que se contrapõe às tendências de paternalismo, assistencialismo ou manipulação ainda observadas em grande parte das políticas destinadas aos jovens. Em sua concepção, o protagonismo pressupõe a criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais na escola, na comunidade e na vida social, tendo em vista tanto a transformação social como sua formação integral. O protagonismo juvenil é também apresentado como via de condução pedagógica para a ação cidadã ou socialização para a cidadania sendo considerado um novo modelo político-pedagógico (2009, p. 416).

Visto que debilidades nos processos de socialização – em decorrência da desorganização da comunidade e de problemas na dinâmica familiar e no sistema escolar – estão diretamente relacionadas com a difusão da violência entre os jovens, a estratégia de promover a participação nas atividades visava também a interiorização de regras de convivência, que presidem a competição e demandam controle emocional, na sua formação subjetiva. Assim, além de constituir uma alternativa para o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer e um meio para aprimorar talentos e aprendizagens, essa estratégia de intervenção tem, igualmente, a finalidade de possibilitar encontros e relacionamentos sob valores e comportamentos democráticos, não-violentos, pautados no respeito ao outro e na solidariedade. Nos termos de Noletto, o programa deveria implementar “tecnologias de convivência” (2008, p. 64) voltadas para a prevenção da violência.

Neste ponto, considero pertinente aproximar a estratégia de intervenção proposta pelo programa da discussão realizada por Carole Pateman acerca das relações entre o papel educativo da participação e sua importância nas estruturas de autoridade não-governamentais (1992 [1970], p. 140). Embora a análise desenvolvida pela autora seja direcionada para o “mundo trabalho” dos adultos, é pertinente estabelecer uma analogia com o “mundo escolar” dos jovens, uma vez que a escola pode ser considerada como parte integrante das estruturas de autoridade das “esferas inferiores”. Esta possibilidade é aventada pela própria Pateman ao afirmar que:

É possível ir além: o argumento de [John Stuart] Mill a respeito do efeito educativo da participação no governo local e no local de trabalho poderia ser generalizado de maneira a englobar o efeito da participação em todas as estruturas de autoridade ou sistemas políticos das "esferas inferiores" (PATEMAN, 1992 [1970], p. 51).

Prosseguindo o seu argumento, a autora sugere que a própria sociedade pode ser compreendida enquanto “[...] um conjunto de vários sistemas políticos, cujas estruturas de autoridade têm um efeito importante sobre as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro deles” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 51). Como mencionei no início desta seção, o Abrindo Espaços propõe dentre os seus objetivos transformar o ambiente escolar, ou seja, alterar sua estrutura de autoridade, através da maior participação dos jovens, e, dessa forma, induzir processos de socialização, cujo propósito é introduzir na sua formação subjetiva valores fundamentais da ordem social democrática. Dito de outra forma, as modificações na estrutura de autoridade da escola em direção à sua democratização produzem efeitos sobre as qualidades e atitudes psicológicas dos jovens favoráveis à sua formação cidadã. Por esse ângulo, o projeto participativo voltado para a reconstrução da cidadania através dos processos de socialização ensejados pelas atividades esportivas, culturais e de lazer, pode ser inserido no âmbito mais amplo da discussão realizada por Pateman sobre como instituições sociais e políticas, e, por conseguinte a ordem social moldam as qualidades psicológicas e a ação política dos indivíduos.

A proposta do Abrindo Espaços poderia ser resumida como um “treinamento social” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 25) direcionado para o incremento da capacidade de auto-condução moral e política do jovem enquanto integrante de uma comunidade política, cuja participação requer que ele leve em consideração valores e interesses mais abrangentes do que os seus próprios, imediatos e privados. Nos termos de Pateman: “Como resultado de sua participação na tomada de decisões, o indivíduo é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos

e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 39). Portanto, a participação dos jovens nas atividades dentro da escola – que demandam respeito às regras, controle emocional e convivência interpessoal – contribui para o desenvolvimento de qualidades psicológicas e competências cognitivas necessárias para sua participação na ordem social democrática. Particularmente, no caso do Abrindo Espaços, a construção da cidadania entre os “jovens de classes empobrecidas e em situação de vulnerabilidade” consiste no principal antídoto para a violência e o envolvimento na criminalidade. Conforme argumenta Noletto:

Além de integrar jovens e comunidades, a oferta de atividades esportivas, artísticas e culturais ajudam na socialização e na reconstrução da cidadania. A atividade desportiva, individual ou em grupo, contribui para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, éticas, estéticas, de relação interpessoal e de inserção social. A distribuição de papéis, o convívio com as regras, a manipulação de sentimentos como a vitória e o fracasso, a rivalidade e a cooperação cultivam valores e comportamentos condizentes com as próprias bases democráticas sobre as quais se fundam a sociedade moderna (2008, p. 33).

Como mencionei anteriormente, a participação dos jovens não foi circunscrita à sua presença nas atividades realizadas na escola. Eles também foram responsáveis por tarefas ligadas à implementação local do programa, participando, portanto, de processos coletivos de tomada de decisão, ao invés de serem simples destinatários de um projeto. Não obstante, é importante destacar que os jovens atuam dentro de um campo de possibilidades previamente delimitado. Apesar de terem sido incluídos no processo de execução local, eles não participaram da concepção do programa, receberam um projeto pré-concebido por lógicas adultas. Sob essas circunstâncias, reconheço que a ampliação da escala de participação dos jovens constituiu um avanço significativo, um mérito do Abrindo Espaços, em direção ao desenvolvimento de projetos de prevenção da violência sensíveis às demandas, expectativas e desejos daqueles que constituem o seu público-alvo. Porém, conforme salienta Pateman (1992[1970]), a avaliação das evidências empíricas da participação deve distinguir analiticamente seus graus e níveis. Sob essa perspectiva, no programa ora analisado a participação não alçou plenamente os jovens ao nível decisório (participação plena), restringindo sua atuação a possibilidade de influenciar certas decisões (participação parcial). Na conclusão do artigo avançarei os argumentos sobre esta limitação, aqui apenas sinalizada, com o intuito de compreender suas causas e apontar possíveis caminhos para superá-la.

Controle social e participação na prevenção da violência: Bases cognitivas e conceituais.

A partir do exposto no tópico anterior é possível depreender que a estratégia do Abrindo Espaços para promover a prevenção da violência e criminalidade é baseada no fortalecimento dos mecanismos de controle social informal, em particular aqueles que operam no ambiente escolar, ao invés de focar esses mecanismos sob a perspectiva do sistema de justiça criminal. Com base na descrição acima sobre o funcionamento do programa buscarei, agora, evidenciar suas bases conceituais (cognitivas), nem sempre explícitas ou mesmo conscientes, cujo elemento central é a noção de desorganização social.

A formulação de políticas públicas envolve componentes cognitivos que informam a concepção dos programas e projetos a serem implementados. No campo específico da segurança pública, Claudio Beato assevera que explicação e intervenção caminham juntas, são inseparáveis, pois a “compreensão das causas da violência e da criminalidade está intimamente relacionada às possibilidades de se fazer previsões confiáveis” (2012, p. 26). A partir desse pressuposto, este mesmo autor, ao revisar os aspectos teóricos e conceituais que têm embasado as políticas públicas de segurança no Brasil contemporâneo, conclui que elas têm se caracterizado por um movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. A primeira correlaciona o aumento da criminalidade às desigualdades estruturais, principalmente socioeconômicas, que bloqueiam o acesso aos meios legítimos de sobrevivência e mobilidade social. Refletindo-se tanto em dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, e de bens e serviços, quanto em falhas e desvios nos processos de socialização nos âmbitos familiar, escolar e comunitário. Já para a vertente da dissuasão, a criminalidade floresce em contextos de baixa disciplina individual e respeito às normas sociais, ou seja, onde as instituições e mecanismos de controle social são ineficazes (BEATO, 2012, p. 39).

Acredito que esta particularidade das políticas de segurança pública identificada por Beato tem raízes históricas ainda mais profundas, que remontam ao início da nossa era republicana. Ao menos é isso que pode ser depreendido através do trabalho de Diogo Lyra (2013). Há pouco mais de um século, agentes públicos, intelectuais e profissionais do direito e da saúde encontravam-se estupefatos com o aumento da criminalidade urbana creditado à crescente participação de “menores” em atos delituosos. Aqueles que se engajaram nos debates públicos sobre o tema formularam diversas explicações para a adesão dos jovens à criminalidade, cujos argumentos recorriam, em geral, às ideias de “precariedade material” e “defasagem civilizatória”. A desestruturação familiar (abandono, falta de cuidado, exploração,

violência, vício) e a degradação do local de moradia (pobreza, falta ou precariedade de infraestruturas e serviços) forneciam o enquadramento empírico necessário à interpretação de que a precariedade material impelia o jovem a criminalidade, como uma alternativa de sobrevivência, e a ausência de barreiras morais sólidas (defasagem civilizatória) tornava a adesão atraente, até mesmo desejável. Nas palavras de Lyra:

Nesses espaços destituídos de regulação familiar, moral e legal, pairaria sempre um perigo de contágio com as esferas marginais locais, cuja presença, e promessa de vida fácil seriam capazes de seduzir parte dessa juventude vulnerável [...] Esse debate manteve-se firme durante as décadas seguintes e inspirou uma série de políticas públicas específicas, voltadas ao atendimento dos jovens “delinquentes” (2013, p. 20-21).

Há uma linha de parentesco entre os argumentos primevos sobre a precariedade material e moral, embriões seculares das explicações sobre a adesão à criminalidade, e as modernas concepções acerca do reformismo e da dissuasão que têm informado a elaboração das políticas de segurança pública no país. No plano intelectual, o fio condutor que perfila os argumentos da *intelligentsia* brasileira do início do século XX ao século XXI é a noção de desorganização social. Embora o conteúdo empírico designado pela expressão varie ao longo do tempo, é possível identificar nas suas múltiplas formulações a persistência de dois componentes: o normativo (normas e valores compartilhados) e o estrutural (limitações materiais e institucionais). As concepções que orientaram a elaboração do Abrindo Espaços, por exemplo, filiam-se a essa linhagem, basta recordar as preocupações de Waiselfisz com a “importância dos processos primários de socialização nos futuros comportamentos anti-sociais ou transgressores” (componente normativo) e a “acentuada lacuna nas agências e nos órgãos” encarregadas do controle social (componente estrutural). Mais diretamente, o próprio autor elenca a desorganização da comunidade dentre os fatores de risco associados à disseminação da violência. É sob essa chave interpretativa que devemos, igualmente, entender o método de intervenção proposto pelo programa. A aposta nas “tecnologias de convivência”, isto é, nas atividades de esporte, cultura e lazer é uma estratégia para socializar os jovens a partir de normas e valores condizentes com as formas hegemônicas de ordenamento da vida social. Já a opção por realizar essas atividades no espaço escolar corresponde à preocupação de fortalecer uma instituição fundamental ao exercício do controle social no nível local.

Logo, o ponto de partida para identificar e compreender as bases conceituais do Abrindo Espaços é a ideia de desorganização social. Para sintetizar esse ponto e prosseguir na análise, proponho adotar a definição de Sampson e Groves, segundo a qual desorganização social é “[...] *the inability of a community structure to realize the common values of its residents and maintain effective social controls*” (1989, p.777). Adotei esta definição porque, além de incluir os componentes normativo e estrutural na sua formulação, circunscreve seu enfoque à dimensão comunitária. A importância desse aspecto reside no fato que os mecanismos de controle social vinculam-se a diferentes dimensões da ordem social. A

partir do trabalho de Hunter (1985), que distingue três tipos ideais de ordens sociais (privada, paroquial e pública), qualitativamente distintas e mutuamente interdependentes, a comunidade pode ser situada ao nível da ordem paroquial. Intermediária entre as ordens privada e pública, a ordem paroquial é baseada na rede local de relações interpessoais (relações de vizinhança) e no entrelaçamento das instituições locais.

By definition, the parochial social order is necessarily based upon the physical proximity of neigh-dwellers, co-habitants of a common area sharing a common fate [...] the dense networks of personal knowledge and trust, held together in interlocking local institutions, result in spatial and social boundaries that can be used to define insiders who are mutually accountable to one another (HUNTER, 1985, p. 235).

É nessa esfera intermediária que se situam medidas de controle social alternativas àquelas desempenhadas pelo Estado através do sistema de justiça criminal. A busca por essas alternativas levou, de acordo com Hunter, à “redescoberta da comunidade”, da capacidade das instituições locais de mobilizar “[...] *the powerful social control of the interpersonal bond*” (HUNTER, 1985, p. 240), sobretudo, no caso específico da adesão juvenil à criminalidade: “*It is the interlocking institutions of the local community that have generally provided for social control of teenagers*” (HUNTER, 1985, p. 238). Na dimensão comunitária (paroquial) da ordem social, Sampson e Groves (1989) identificaram três fatores que mediam os efeitos estruturais da desorganização social⁴ em relação ao aumento da criminalidade: habilidade da comunidade de supervisionar e controlar os grupos de jovens; densidade das redes informais de amizade e vizinhança; taxa de participação local em organizações formais e voluntárias. Promover esses três fatores significa, portanto, reduzir os efeitos da desorganização social sobre o aumento da criminalidade, ou seja, consiste numa estratégia de prevenção da violência.

A metodologia do programa Abrindo Espaços e seu local de realização, as escolas, permitiram criar condições propícias para intervir conjuntamente nesses três fatores. No que tange aos dois primeiros, pode-se afirmar que, por um lado, a capacidade da escola de reproduzir modelos comportamentais e normativos, ampliada pelas atividades realizadas aos fins de semana, possibilitou a internalização do controle social através de um “treinamento social”, que englobou tanto o “[...] desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, éticas, estéticas, de relação interpessoal e de inserção social” (NOLETO, 2008, p. 33), quanto a socialização para a cidadania. Por outro, a maior presença dos jovens no espaço escolar intensificou o exercício do controle social mediante a vigilância e supervisão direta. Ademais, vale lembrar que a escola não foi apenas um lugar de interação entre os

⁴ Sampson e Groves identificaram cinco características estruturais que levam à desorganização social de uma comunidade e que estão diretamente relacionadas ao incremento da criminalidade: baixo status socioeconômico; mobilidade residencial; heterogeneidade racial e étnica; ruptura familiar; urbanização (1989, p. 780-782). Os fatores mediadores são as variáveis que interveem sobre os efeitos das características estruturais favorecendo ou dificultando o aumento criminalidade.

jovens, mas também entre eles e os demais atores envolvidos no programa, incluindo os moradores que participaram das atividades, incentivando, assim, a solidariedade e cooperação nas redes sociais e, conseqüentemente, favorecendo a extensão das práticas de vigilância e supervisão para a vizinhança. Nas palavras de Sampson e Groves:

The capacity of the community to control group-level dynamics is a key mechanism linking community characteristics with delinquency [...] When residents form local social ties, their capacity for community social control is increased because they are better able to recognize strangers and more apt to engage in guardianship behavior against victimization (1989, p. 778-779).

A eficácia do controle social ao nível comunitário da ordem paroquial é diretamente proporcional ao grau de participação dos seus membros. Quanto maior for a participação, mais eficaz será o controle social. Nesse sentido, a participação desempenha um papel educativo fundamental ao funcionamento e manutenção da ordem social. Daí a importância dada pelos autores a taxa de participação local em organizações formais e voluntárias: “*The key to the success of these efforts hinges on the community's ability to encourage higher rates of participation in both formal groups and voluntary associations*” (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 779-780). O sucesso da proposta metodológica do Abrindo Espaços depende, portanto, da sua capacidade de suscitar a participação da população que reside no entorno das escolas. Sem essa ênfase não seria possível alcançar os objetivos dissuasórios concernentes ao fortalecimento dos mecanismos comunitários de controle social, nem os objetivos reformistas ligados aos processos de socialização e à transformação e ressignificação da instituição escolar.

Em resumo, as explicações da violência e criminalidade baseadas na ideia de desorganização social forneceram, de forma intencional ou não, o enquadramento conceitual e cognitivo que nortearam a elaboração das diretrizes e da metodologia do Abrindo Espaços. Sobretudo, quando incluímos os estudos de Waiselfisz (1998a; 1998b) como parte integrante e necessária à formulação do programa, em particular, sua interpretação para a maior vulnerabilidade dos jovens aos homicídios baseada nos fatores de risco decorrentes “de modos de sociabilidade, de circunstâncias sociais e políticas e de mecanismos de negação à cidadania”. É sob esse contexto explicativo que se inserem as estratégias metodológicas desenvolvidas no espaço escolar voltadas para o fortalecimento dos processos de socialização para a cidadania e dos controles sociais ao nível comunitário (paroquial). Nesse sentido, o Abrindo Espaços, também se caracteriza pela oscilação entre objetivos dissuasórios e de reforma social, assim como as demais políticas de segurança pública no país, cujas raízes históricas podem ser remetidas ao início da república brasileira.

Conclusão: Desafios à autodeterminação

Para avaliar o Abrindo Espaços, suas limitações e possíveis caminhos para superá-las, recorrerei aos ideais de justiça social propostos por Iris Young (2000), uma vez que constam como objetivos do programa promover a inclusão social e o desenvolvimento humano e social dos jovens. Segundo esta autora, a justiça social pode ser definida como as condições institucionais necessárias para promover o autodesenvolvimento e a autodeterminação (YOUNG, 2000, p. 33). Assim, apreciarei o Abrindo Espaços a partir da sua capacidade de promover esses dois ideais. Para tanto, o primeiro passo consistirá em ponderar se sua metodologia de intervenção foi capaz de suscitar o autodesenvolvimento dos jovens participantes do programa, ou seja, se proporcionou as:

[...] conditions to learn and use satisfying and expansive skills in socially recognized settings, and enable them to play and communicate with others or express their feelings and perspectives on social life in contexts where others can listen (YOUNG, 2000, p. 31-32).

Como dito anteriormente, em termos práticos, a metodologia do programa consistiu na realização de atividades de cultura, esporte, arte e lazer nas escolas selecionadas. Tais atividades, sua concepção e execução, basearam-se, de acordo com Noletto (2008), no respeito e na valorização das identidades e modos de expressão dos jovens, de forma a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, comunicativas e interpessoais essenciais à sua participação na vida social e política enquanto sujeitos de direitos, ou seja, cidadãos. Essa dimensão do projeto constituiu aquilo que Pateman (1992[1970]) denomina de “treinamento social”, um processo de socialização cujo resultado esperado é a conformação de qualidades psicológicas e condutas condizentes com os valores e regras do ambiente institucional onde foi realizado. A escola, nesse contexto, não foi, portanto, apenas um espaço físico destinado a sediar as atividades. Ela desempenhou o importante papel de *locus* de referência e pertencimento para os jovens, valorizando suas demandas, vivências, formas de expressão e linguagens. Sendo assim, a partir das evidências disponibilizadas por Noletto, é crível concluir que o Abrindo Espaços foi capaz de criar nas escolas onde funcionou as condições necessárias à promoção do autodesenvolvimento dos jovens.

Agora, resta ponderar se o programa também foi bem sucedido na realização do segundo ideal que caracteriza a justiça social, a autodeterminação. Como será possível depreender da definição citada abaixo, avaliar o Abrindo Espaços sob essa perspectiva implica averiguar o tipo e nível de participação do seu público-alvo. Para esse fim, retomarei a seguir

alguns argumentos já apresentados no final do segundo tópico deste artigo. Nas palavras de Young, a autodeterminação:

[...] consists in being able to participate in determining one's action and the condition for one's action; its contrary is domination [...] I add an element [...] namely participation in making the collective regulations designed to prevent domination (2000, p. 33).

No que tange à participação dos jovens no programa, afirmei, anteriormente, que apesar deles terem sido incluídos no processo de implementação local, com relativa autonomia para efetuar decisões, eles não participaram da sua concepção, ou seja, não houve um diálogo prévio no qual os jovens pudessem participar da construção da estratégia de intervenção (metodologia). Os jovens receberam, portanto, um projeto pré-concebido por lógicas adultas. Sendo assim, qualifiquei a forma de participação dos jovens no programa como parcial, nos termos de Pateman (1992[1970]), sob a justificativa que ela não os alçou ao nível decisório, restringindo-os a possibilidade de influenciar certas decisões. Dito de outra forma, dessa vez recorrendo a Marco Diani (1996, p. 558), a participação no Abrindo Espaços encerra um “sentido fraco”, pois não interfere em processos decisórios significativos, assumindo apenas um caráter pedagógico. A “pedagogização da participação” opera, conforme alerta Carrano (2012, p. 83), na direção do controle social e do ajustamento de condutas tidas como desviantes ou indesejadas, logo, em sentido diverso daquele proposto pelo ideal de autodeterminação.

Desse modo, a avaliação a partir dos critérios de autodesenvolvimento e autodeterminação revela que o Abrindo Espaços promove parcialmente a justiça social, uma vez que, com relação à autodeterminação, há limitações na participação destinada aos jovens, em particular na possibilidade de determinar as condições, as regulações coletivas, de suas ações. Sem deixar de reconhecer os inúmeros avanços cristalizados pelo Abrindo Espaços e pautando-me por um intuito propositivo, acredito que os entraves à promoção da autodeterminação estão relacionados à não-problematização das desigualdades estruturais que caracterizam os locais onde o programa foi realizado e também a trajetória de vida da sua população jovem. É evidente que qualquer projeto possui limitações por inúmeros motivos, incluindo, aquelas estabelecidas por seus objetivos. Sem dúvida, a proposta do Abrindo Espaços não tinha qualquer intenção de intervir sobre “*the structural dimensions of community social disorganization*” (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 777). Aliás, via de regra, os projetos de prevenção da violência e criminalidade raramente se propõem a atuar sobre essa dimensão, direcionando seus esforços para reduzir os fatores de risco e promover os de proteção. Nesse

sentido, nos termos avaliativos aqui estabelecidos, esses projetos tendem a se caracterizar pela concentração de suas ações no autodesenvolvimento.

De qualquer forma, não se pode ignorar ou minimizar os entraves produzidos pela limitação da participação dos jovens na determinação de suas ações e das condições destas, mormente, porque a autodeterminação é um elemento essencial para os projetos de prevenção da violência e criminalidade alcançarem seus objetivos e resultados propostos. Nesse sentido, mesmo que eles não tenham por objetivo intervir diretamente sobre os fatores relacionados à (re)produção das desigualdades estruturais, é crucial que, ao menos, sua elaboração e metodologias de intervenção contemplem a questão de como promover a participação plena, no sentido “forte”, sob um contexto marcado por desigualdades estruturais. O risco do não enfrentamento dessa questão é o de suas ações assumirem um caráter mais adaptativo do que problematizador, despolitizando o olhar sobre as desigualdades e seus mecanismos de reprodução, o que pode, inadvertidamente, transferir para os jovens a responsabilidade exclusiva pela superação das adversidades, deslocando a questão do campo político para o das ações individuais, no mais das vezes, em comunidades que necessitam elaborar agendas coletivas conflitivas para assegurar a efetivação dos seus direitos e garantias sociais.

Na minha interpretação, esse caráter adaptativo está presente de forma não-intencional na estratégia do Abrindo Espaços de induzir, através de suas atividades, processos de socialização voltados para a internalização do controle social, como forma de ajustamento das condutas dos jovens das classes populares às normas e valores hegemônicos da ordem social. As “tecnologias de convivência” implantadas pelo programa operam, portanto, na produção de uma “*ciudadanía normalizada*” (REGUILLO, 2004, p. 50), que pode camuflar contradições, naturalizar precariedades em territórios de pobreza e inibir conflitos relacionados com a efetivação de direitos. Nesse contexto, como argumentei na seção anterior, a participação é antes um mecanismo de controle voltado para a manutenção da ordem social, do que de promoção da autodeterminação dos jovens. Para superar essa situação, ou seja, para proporcionar a participação plena em situações de desigualdade estrutural é essencial incluir na elaboração dos projetos a “perspectiva social” dos jovens, suas interpretações⁵ sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam (YOUNG, 2000, p. 137).

⁵ Para Young as interpretações produzidas a partir das diferentes posições sociais que as pessoas ou grupos ocupam constituem “*situated knowledge*”, que incluem: “[...] (1) *an understanding of their position, and how it stands in relation to other positions*; (2) *a social map of other salient positions, how they are defined, and the relation in which they stand to this position*; (3) *a point of view on the history of the society*; (4) *an interpretation of how the*

A inclusão da perspectiva social dos jovens implica, por sua vez, rever alguns aspectos das bases cognitivas e conceituais que têm orientado a elaboração dos projetos de prevenção da violência e criminalidade, especialmente o conceito de ordem social. Afirmo que tanto Hunter (1985), quanto Sampson e Groves (1989), concebem a análise da organização da vida social a partir de componentes normativos e estruturais. Um dos principais méritos desses autores é reconhecer a ordem social como produto empírico, situacionalmente definido na interseção entre condicionamentos culturais e condições materiais. Conforme Hunter:

The normative component includes the standards and values for assessing appropriate and deviant behavior, while the structural component includes the patterned distribution of resources within a social group that may be utilized to sanction the behaviors of its members (1985, p. 231).

Apesar da definição acima apontar, ao menos indiretamente, para uma definição processual da ordem social, uma vez que seus conteúdos são contingentes, não há o reconhecimento explícito por parte dos autores de que sua constituição ocorra através de dissensos e disputas entre indivíduos e grupos diferentemente posicionados na estrutura social. Se nos contextos de intervenção selecionados pelo Abrindo Espaços, “áreas de vulnerabilidade social [...] com a presença de jovens em situação de risco” (NOLETO, 2008, p. 88), as desigualdades são elementos estruturantes da organização social local, a particularidade das perspectivas sociais dos seus moradores, incluindo os jovens, deve ser o ponto de partida para qualquer projeto de intervenção que vise alterar os processos e dinâmicas sociais associadas à violência e criminalidade. Consequentemente, a (re)produção da ordem social, em sua dimensão processual, pode ser compreendida como resultado provisório das correlações de força, tanto no plano normativo quanto no estrutural, entre diferentes posições e perspectivas sociais. Na medida em que “*social order exists, social control exists*” (HUNTER, 1985, p. 231) pode-se estender a afirmação anterior para os mecanismos de controle social, cuja atuação nunca será neutra, incorporando, a cada momento, a lógica de ação das posições hegemônicas.

Para avançar esse ponto, considero fundamental a contribuição realizada por Machado da Silva ao propor um conceito operacional de “ordem social”, que conjuga, na minha interpretação, uma concepção agonística da organização da vida social com a ideia de perspectiva social, a partir da:

[...] dupla ideia de que: a) a organização da vida social se reproduz através de inúmeras disputas e conflitos com vários graus de intensidade; e b) variavelmente percebidos e

relations and processes of the whole society operate, especially as they affect one's own position; (5) a position-specific experience” (2000, p. 117).

avaliados por atores (pessoas e grupos) capazes de interpretar os quadros em que realizam suas ações [...] O que a torna objeto de disputa é o entendimento prático de que esse padrão é hierárquico, não natural ou espontâneo, e pode ser corrigido por uma intervenção que depende dos resultados do debate coletivo. Assim, uma ordem não é apenas um estado da organização das relações sociais, ela é sempre expressão das eventuais disputas sobre a adequação do mandato emitido pela autoridade que “ordena” (2014, p. 26-27).

A organização da vida social enquanto produto de conflitos e disputas é sempre contingente, passível de ser alterada. Sendo assim, promover o autodesenvolvimento e a autodeterminação dos jovens residentes em áreas marcadas por desigualdades estruturais, através da participação plena em estruturas de autoridade, significa incluir e fortalecer suas perspectivas sociais no debate coletivo. Este é, na minha opinião, um dos grandes desafios dos projetos de prevenção da violência e criminalidade voltados para a juventude.

Referências Bibliográficas

ACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 [1934].

BARREIRA, Cesar (Coord.). **Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNICEF, FNUAP, 1999.

BEATO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BOGHOSSIAN, Cynthia O.; MINAYO, Maria C. de Souza. “Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos”. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

CARRANO, Paulo. “A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recente”. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 27, p.83-100, 2012.

CASTRO, João Paulo. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: Laced/E-papers, 2009.

DIANI, Marco. “Participação”. In: OUTHWAIT, W.; BOTTOMORE, T.; GELLNER, E.;

NISBET, R.; TOURAINÉ, A. (Orgs.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.558-559.

HUNTER, Albert. “Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities”. In: SUTTLES, G.; ZALD, M. (Orgs.). **The challenge of social control**. Norwood, NJ: Ablex Publishers, 1985, p.230-242.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Violência e ordem social”. In: LIMA, Renato S. de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo G. de. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp.26-34.

MINAYO, Maria C. de Souza (Coord.). **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fiocruz, Editora Garamond, 1999.

NOLETO, Marlova. **Abrindo espaços: educação e cultura para a paz**. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1970].

REGUILLO, Rossana. “La performatividad de las culturas juveniles”. **Revista de Estudios de Juventud**, Madrid, n.64, p.49-56, 2004.

SALLAS, Ana L. Fayet (Coord.). **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania**. Brasília: UNESCO, 1999.

SAMPSON, Robert; GROVES, W. Byron. “Community structure and crime: testing social-disorganization theory”. **American Journal of Sociology**, v.94, n.4, p. 774-802, 1989.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (Coord.). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998a.

_____. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998b.

Recebido em: 02/08/2017

Aceito em: 18/11/2017